APRESENTAÇÃO

Caudalosos rios de gentes dão forma às Amazônias do Brasil e do continente Panamazônico. Gentes que há milênios convivem de forma harmoniosa com os recursos das florestas, dos rios, das várzeas, ilhas e da terra firme. Gentes tributárias de conhecimentos milenares. As investigações indicam pelo menos 11.200 anos. Assim sinaliza o registro considerado o mais antigo sobre a presença humana na Amazônia do Brasil, localizado no município de Monte Alegre, no Oeste paraense, a Caverna da Pedra Pintada.

Gentes que ao longo dos diferentes períodos econômicos, políticos, sociais e culturais, têm socializado toda ordem de violência [física e simbólica], desde os tempos imemoriais da presença do pioneiro colonizador que cá aportou. Tais populações ancestrais [indígenas e negras] têm partilhado, no percurso de integração física e econômica da região, execuções, chacinas, catequese, espoliações e expropriações.

Gentes que foi/é enquadrada como incapaz ou cidadão de segunda categoria. Assim, invisibilizado ou tratado como inapto à dinâmica do modo de produção capitalista, legitima-se a "conquista". Trata-se dos povos das águas [doces e salgadas] e florestas.

Gentes, que, apesar da assimetria das forças que disputam terra e o modo de uso dos recursos que ela engendra, segue em resistência. Gentes que serpenteia entre furos, igarapés, paranás, rios, corredeiras e cachoeiras, a fundar e refundar sons, batuques, lendas, histórias, saberes, sabores e trilhas. Gentes a (re) existir em terras indígenas, quilombos, projetos de assentamento rural, ocupações, reservas extrativistas, em terra firme e ilhas, currutelas, vilas, cidades e afins, onde o maior emblema de resistência é a Cabanagem.

A(s) Amazônia(s) de cá é tida como a derradeira fronteira de expansão do capitalismo. O estonteante estoque de riquezas naturais, exuberante biodiversidade, banco genético, recursos minerais e hídricos têm mobilizado inúmeras redes em diferentes escalas [local, regional, inter-regional, nacional e mundial] pelo controle de suas farturas. Disputa que coloca em oposição grandes corporações do mercado de *commodities*, agências multilaterais, Estado e as populações ancestrais, que conforma um vasta sociodiversidade.

Neste cenário, a inserção econômica tardia e subordinada ao resto do país e ao mundo, nos anos 1960, do século passado, alterou o padrão de ocupação sociogeográfico antes marcado pela dinâmica dos rios, florestas e várzea, para estradas e terra firme, adverte Carlos Walter Porto Gonçalves, entre outros autores.

Além da integração física da região, a partir das rodovias, barrar os rios para a geração de

energia subsidiada para grandes corporações do capital internacional, integrou a agenda da geopolítica o estado de exceção, na época, marcada pela lógica de polos de desenvolvimento sob a inspiração de Myrdal, de Perroux, dentre tantos.

Passados mais de 50 anos, a matriz se mantém, mas, a partir da orientação dos Eixos de Integração e Desenvolvimento [EIDs], ancorados no projeto da Iniciativa de Integração da Região Sul-americana [IIRSA]. Transporte, comunicações e geração de energia são os principais setores da pauta neodesenvolvimentista. No conjunto dos 31 projetos considerados prioritários do IIRSA, 14 têm relação com a Amazônia. Entre as prioridades, consta a dinamização de uma saída para o pacífico, com vistas a reduzir os custos da produção de grãos do Brasil Central, a partir de um modal de transportes [hidrovias, rodovias e ferrovias]. O Estado nacional endossa o processo a partir de financiamentos públicos via BNDES, o que avoluma a dívida pública.

O que há de "novo" no cenário do saque é a China [comunismo de mercado?], que além de maior consumidor de commodities de minério e grãos, tem sido parceiro e financiador de inúmeros projetos de infraestrutura, o "sistema de objetos", conforme analisa Milton Santos. Tudo ocorre sob o diapasão do neoliberalismo, que subordina cada vez mais a terra e os recursos naturais dos países considerados periferia, à racionalidade do capital, marcado pela grande fluidez e a especulação.

Dinamizar os fluxos de mercadorias, a partir de corredores de exportação, é a orientação para a reprodução ampliada do capital, o que – e na mesma ordem – multiplica as externalidades negativas ambientais e sociais para o conjunto da sociedade. Um olhar sobre os cenários do Baixo Amazonas, irrigado pelos rios Amazonas e Tapajós, evidencia tal contexto, materializado com a construção do polo de grãos da empresa estadunidense Cargil, no alvorecer nos anos 2000. Sublinhe-se, ao arrepio da lei.

A região é considerada como um dos eixos prioritários de integração, e tem agendada entre outras obras, a construção de várias grandes e pequenas hidrelétricas, complexos portuários, estações de transbordo, ferrovias, etc.

No caso dos rios, empreiteiros e outros "espertos" espreitam o Tapajós, o Amazonas, o Xingu, o Madeira, o Teles Pires, o Araguaia e o Tocantins. Rios ora barrados para a geração de energia para alimentar megacorporações nacionais e internacionais, a partir da lógica de uma economia de enclave e exportadora de commodities. Megas corporações do quilate da Alcoa, Reinarda, Vale, Cargil, Bunge, Anglo American, Xtrata, Tractebel, Belo Sun e Suez esgrimam na disputa para barramento de rios, extrativismo mineral e monocultivos.

No caso local, segmento consorciado, a exemplo da Embraps, que deseja erguer um complexo portuário na área de várzea de Santarém, no Lago do Maica. Projeto que invisibiliza

populações quilombolas, pescadores e camponeses. No relatório de impactos ambientais eles não existem.

Ratificamos. O território amazônico e as riquezas nele existentes, mobiliza inúmeras redes, em diferentes escalas [local, regional, estadual, nacional e mundial]. Sublinhe-se a rede de ilegalidades, onde possui relevância, grileiros de terras, madeireiros, garimpeiro, narcotraficantes, pistoleiros, traficantes de pessoas e da biodiversidade. Rede marcada pela simbiose entre agentes privados e públicos. É a Amazônia um espaço da ilegalidade por excelência, por conta da extensão fronteira e fragilidade institucional?

Parte da sociodiversidade do Baixo Amazonas aglutina-se em torno do coletivo Tapajós Vovo! Indígenas, quilombolas, camponeses, homens e mulheres a debater e propor possíveis saídas ante a voracidade da agenda do grande capital. E, tal o capital, articula-se em escala inter-regional. A realização de várias edições do Fórum Pan-Amazônico configura-se como um indicador. Ali podem ser encontradas as populações atingidas pela mineração, barragens e afins.

É disto que tenta tratar o presente dossiê, mobilizado a partir de uma fração de professores inquietos com o momento histórico ora evidenciado na região, que desorganiza as vidas dos povos do campo e da cidade, assim como o fez o projeto de desenvolvimento dos anos de exceção. Dias piores virão?

A 11º edição da revista traz na seção Corpus há oito artigos com relatos de experiências, que versam sobre temas relacionado ao território amazônico, ao extrativismo, à dinâmica produtiva de comunidade, à comercialização e à tecnologia agrícola. Desses artigos, cinco foram apresentados como ensaios no II Workshop Pesquisa e Agricultura Familiar, realizado nos mês de novembro de 2017, na Universidade Federal do Amazonas.

Rogerio Henrique Almeida
Ana Beatriz de Oliveira Reis
Luiz Gonzaga Feijão da Silva
Lindomar de Jesus de Sousa Silva